

Um apelo urgente do  
PRÉMIO NOBEL DA PAZ

DR. DENIS MUKWEGE

A  
FORÇA  
DAS  
MULHERES

COMO A RESILIÊNCIA FEMININA  
ME ENSINOU A ACREDITAR  
NUM MUNDO MELHOR



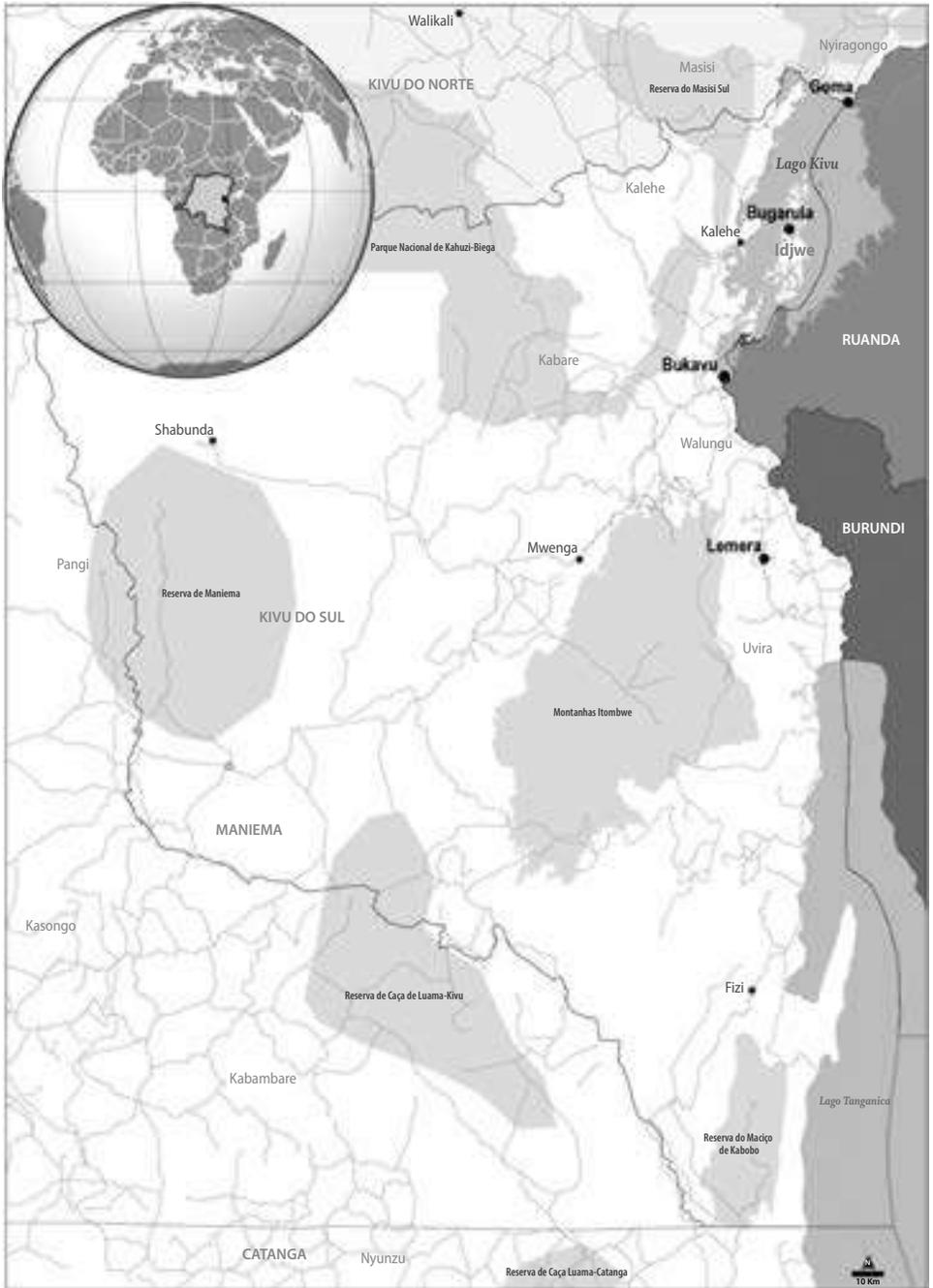
*À minha mãe, à minha mulher,  
às minhas filhas e às minhas irmãs.  
A todas as vítimas de violência sexual.*

# ÍNDICE

---

<i>Introdução</i> .....	13
1. Coragem de mãe .....	23
2. Uma crise sanitária feminina .....	51
3. Crise e resiliência .....	79
4. Sofrimento e poder .....	117
5. Por palavras suas .....	151
6. Quebrar o silêncio .....	183
7. A luta pela justiça .....	221
8. Reconhecimento e memória .....	261
9. Os homens e a masculinidade .....	293
10. Liderança .....	325
<i>Conclusão</i> .....	359
<i>Agradecimentos</i> .....	379
<i>Notas</i> .....	381

# República Democrática do Congo — Kivu do Sul



## INTRODUÇÃO

---

Um homem que se dedica à causa dos direitos das mulheres é coisa rara. Eu sei-o. Senti-o durante as conversas com amigos, em reuniões sociais e, uma vez por outra, nos encontros profissionais. Reparei nos olhares de incompreensão e nos semblantes perplexos. De vez em quando, deparo com hostilidade, manifesta ou implícita. Há quem considere as minhas escolhas suspeitas ou mesmo ameaçadoras.

Lembro-me de quando chegava a minha vez de falar do meu trabalho nos jantares para que fui convidado no início da minha carreira, tanto no Congo como na Europa. Explicava que era ginecologista e dirigia um hospital especializado no tratamento de lesões provocadas por violação. E acrescentava que lutava pelos direitos das mulheres. Todos se calavam, ou um dos comensais fazia uma pergunta de cortesia e a seguir mudava de assunto.

Nesses momentos de silêncio incómodo, também vislumbrava um lampejo de compaixão nos olhares de outros convidados: que trabalho terrível, e como devia lutar contra a minha identidade, imaginava-os a pensar. Adotei a estratégia de enfatizar que também era muito bem casado e tinha filhos, como se isso me fizesse parecer mais «normal» ou mais fácil de compreender.

Mais tarde, de regresso a casa ou ao quarto do hotel, ficava deitado a cismar no facto de ter sentido necessidade de me

justificar. Isto é familiar a quem já foi atormentado pela sensação de não «encaixar» em razão da sua origem, identidade ou experiência.

Noutras ocasiões, as pessoas que me rodeavam eram mais diretas. Recordo-me de uma conversa com um velho amigo, um colega de escola que se dedicou à política na província onde nasci. Ainda hoje, passados tantos anos, as suas palavras permanecem na minha memória, indeléveis. «Tenho a sensação de que, desde que começaste a trabalhar em violência sexual, começaste a pensar como uma mulher», disse-me ele certa vez. Embora devesse ter sido um elogio, não foi proferido com essa intenção.

Lembro-me do acesso de confiança e da afinidade que senti quando descobri os escritos e o trabalho de Stephen Lewis, um diplomata e ativista canadiano que tem sido um defensor incansável da causa das vítimas de SIDA/HIV em África e dos direitos das mulheres em geral. Graças a Stephen, percebi que havia outros homens que pensavam como eu. Hoje, é um grande amigo.

Ao fim de duas décadas a cuidar e a tratar de sobreviventes de violência sexual seria expectável que não tivesse de justificar as minhas escolhas, no entanto não é esse o caso. E não são apenas os homens que têm dificuldade em compreender.

Há alguns anos, participei numa reunião com uma funcionária superior das Nações Unidas, em Nova Iorque. Ela aceitou receber-me, assim como a outros ativistas dedicados à causa dos direitos das mulheres e à resolução de conflitos no meu país de origem, a República Democrática do Congo. Subimos até aos andares mais altos do edifício onde trabalhava e fomos conduzidos ao seu gabinete, com uma mesa de reuniões enorme e uma vista deslumbrante para o East River, Queens e Brooklyn.

O tom hostil da sua interpelação apanhou-me de surpresa. «Porque é o senhor que vem aqui falar dos direitos das mulheres no Congo e não as mulheres congolosas?», perguntou-me,

rispidamente, a nossa anfitriã, sentada à secretária. «Não há mulheres congolosas que possam falar por si próprias?»

A razão que me levou ali era solicitar o apoio das Nações Unidas para iniciativas destinadas a fazer ouvir as mulheres no Congo. O meu hospital e a minha fundação têm ajudado as sobreviventes a encontrar força na unidade e apoiam-nas a desenvolver a capacidade de comunicação e expressão em público. Ao longo deste livro, o leitor cruzar-se-á com muitas dessas mulheres inspiradoras.

Poder-se-ia argumentar que a responsável das Nações Unidas tinha razão em desconfiar de um homem que procurava reivindicar para si uma tribuna que pertencia às mulheres. Trata-se de uma questão legítima à qual nunca me esquivo.

No que me diz respeito, quando sou interpelado, num jantar ou num gabinete das Nações Unidas, evoco sempre as minhas convicções mais profundas. Defendo as mulheres porque as considero meus pares — porque os direitos das mulheres são direitos humanos, e a violência infligida aos meus semelhantes provoca-me indignação. A luta pelas mulheres tem de ser travada coletivamente.

O meu papel tem sido sempre o de contribuir para fazer ouvir a voz daqueles que, por serem marginalizados, não têm oportunidade de contar as suas histórias. Estou ao seu lado, nunca à sua frente.

Como ressaltará da leitura deste livro, sou, em muitos aspectos, feminista e ativista acidental. No meu percurso de vida, nada há que possa ser tomado como inevitável. Decidi ser médico, o que era uma grande ambição para uma criança nascida num casebre numa época em que o Congo era uma colónia belga. Contudo, a minha vida tem sido marcada por acontecimentos que escapam ao meu controlo, principalmente os conflitos bélicos que dilaceraram o Congo desde 1996, e as mulheres em particular, perante o olhar quase sempre indiferente do resto do mundo.

As circunstâncias obrigaram-me a especializar-me no tratamento de lesões provocadas por violação. As histórias das pacientes que conheci e tratei levaram-me a abraçar um combate muito mais abrangente contra as injustiças e crueldades de que as mulheres são vítimas. O reconhecimento do meu ativismo de base é o que me permite dirigir-me ao leitor nestas páginas.

A minha vida é indissociável do meu país dilacerado pela guerra. A sua história tumultuosa, feita de conflito e exploração, clama por um entendimento muito mais vasto. A instabilidade dos últimos vinte e cinco anos, o conflito mais mortífero desde a Segunda Guerra Mundial, que já provocou mais de cinco milhões de mortos ou desaparecidos, tem permitido a criação de metástases desde 1996, sem solução à vista. Escrevo sobre a tragédia do Congo na esperança de incentivar os políticos do Ocidente, e doutras partes do mundo, a envolverem-se nela, a trabalharem no sentido de encontrar a paz e a justiça que o povo congolês tão desesperadamente deseja. Não se trata, no entanto, de uma autobiografia, e muito menos de um livro no qual se procura fornecer todas as explicações para as guerras do Congo.

Este livro é uma homenagem à força de todas as mulheres, em particular das que me criaram, educaram e inspiraram. Como o leitor irá ver no Capítulo 1 começo pelo princípio, com a mulher que afrontou o perigo e a incerteza para me dar à luz — e poucos dias depois foi chamada para me salvar da doença. A perseverança e valentia que a minha mãe demonstrou aquando do meu nascimento só encontram equivalente no compromisso que assumiu para comigo, e todos os seus filhos, até ao resto da sua vida. Ela moldou as atitudes do jovem em que me transformei e, apelando de vez em quando à benevolente arte da manipulação materna, incentivou-me a não desistir do sonho de me tornar médico. Foi a minha primeira heroína.

Acompanham a minha mãe nestas páginas muitas outras mulheres que me enterneceram com a sua coragem e bondade,

a capacidade de resiliência e energia. São ativistas, advogadas ou acadêmicas, mas também pacientes ou sobreviventes de violência sexual que conheci ao longo de anos a trabalhar no Congo e nas minhas viagens à Coreia, Kosovo, Iraque, Colômbia ou Estados Unidos, entre muitos outros destinos.

O pano de fundo poderá parecer sombrio, pois as vidas de muitas das mulheres referidas neste livro foram, como a minha, ensombradas pela violência. Porém, cada uma é uma fonte de luz e inspiração, a prova de como os melhores instintos da humanidade — para amar, partilhar e proteger os outros — podem triunfar nas circunstâncias mais adversas. Elas são a razão pela qual perseverarei durante tanto tempo. São a razão pela qual nunca perdi a fé e a sanidade, mesmo quando o meu trabalho a lidar com as consequências da maldade ameaçava sobrecarregar-me.

Antes de prosseguir, gostaria de explicar a terminologia que decidi utilizar. É uma matéria delicada, pois os termos e rótulos que usamos para descrever as pessoas vítimas de violência sexual, embora importantes, são sempre imperfeitos. Como o leitor irá verificar, uso os termos «paciente», «vítima» e «sobrevivente» para me referir a muitas das mulheres mencionadas no livro.

«Paciente» é o termo mais neutro e não carece de muitos esclarecimentos. Todos aqueles que tratei são pacientes.

«Vítima» é uma palavra mais problemática porque está associada a fraqueza e tende a inspirar o sentimento de pena. Pode dar a impressão de que o sujeito é passivo ou frágil, e também é o oposto da palavra «vitorioso», com a qual partilha o mesmo étimo latino.

«Sobrevivente» tornou-se um termo muito utilizado para designar as pessoas que viveram uma experiência de violência sexual. É mais ativo, vivo e dinâmico. Contudo, algumas autoras feministas também consideram este termo problemático pois equipara a violação a uma situação traumática que altera a vida, como a tentativa de homicídio ou um desastre aéreo. Além disso,

pode reforçar as expectativas de que a mulher ultrapassou a experiência e as respectivas sequelas quando ela própria pode sentir o contrário.

Procuo utilizar estes diferentes rótulos de maneiras muito específicas e sempre que me parecem mais apropriados. Muitas das minhas pacientes chegam como vítimas, que é como se veem. Foram submetidas às mais graves formas de agressão sexual e, muitas vezes, a tentativa de homicídio. Nesses primeiros instantes, nenhuma outra palavra parece apropriada para descrever as mulheres que foram espancadas, violadas em grupo, alvejadas, mutiladas ou que passaram fome.

No entanto, recorrendo à sua força interior, o nosso objetivo é transformá-las em sobreviventes, na aceção mais exata do termo. Queremos que sintam que superaram as provações. Os agressores podem ter tentado tirar-lhes a vida ou destruir-lhes a dignidade, mas nós fazemos tudo o que está ao nosso alcance para as restabelecer física e mentalmente. Se uma mulher chega a sentir-se vítima, nós queremos que saia com a confiança de uma sobrevivente. Este processo é a verdadeira essência do trabalho que realizamos no Hospital Panzi, que fundei em 1999.

Passei anos a conversar com sobreviventes. Todas depositaram uma enorme confiança em mim ao confidenciarem-me pormenores íntimos das suas experiências, sentimentos, medos e esperanças. Foi com frequência um trabalho penoso, mas a minha motivação enquanto ativista reside na convicção de que algo positivo pode advir de tanta dificuldade: que possa contribuir, em nome das sobreviventes, para tornar o mundo um lugar mais seguro para as mulheres.

Os últimos capítulos do livro apresentam formas de combater a violência contra as mulheres, inspiradas na minha perspetiva enquanto médico que trabalhou numa zona de conflito e um ativista que tem viajado muito para ouvir as mulheres de todo o mundo. Exorto o leitor a olhar para o Congo, por vezes ainda

referido como a «capital mundial da violação», como uma janela para o ponto extremo do flagelo global da violência sexual. Este é um problema universal que está presente nos agregados familiares e nos locais de trabalho, nos campos de batalha e nos espaços públicos de todo o planeta.

A experiência ensinou-me que as causas profundas da violência sexual, e as suas consequências, são as mesmas em toda a parte. Como sempre, as diferenças no que diz respeito a raça, nacionalidade, língua e cultura são muito menos importantes do que aquilo que nos une.

A luta contra a violência sexual começa quando as mulheres e os homens quebram o silêncio. Segundo a ONU Mulheres, uma em cada três mulheres em todo o mundo foi vítima de violência física ou sexual em determinada fase da vida. De acordo com dados dos Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, cerca de uma em cada cinco mulheres foi violada ou sofreu uma tentativa de violação ao longo da vida. Não podemos lutar contra isto sem reconhecer em público a abrangência do problema.

Felizmente, cada vez mais mulheres começam a levantar o véu do silêncio em torno desta questão graças a décadas de trabalho incansável de organizações feministas e, nos últimos tempos, ao movimento pioneiro #MeToo.

Contudo, muitas sentem-se defraudadas pelo sistema de justiça criminal. A avaliar pelos processos demasiado raros e bem-sucedidos contra os violadores, mesmo em países dotados de sistemas jurídicos bem financiados e isentos de corrupção, a violação continua a ser descriminalizada em todo o mundo. Nas zonas de conflito, os soldados usam a violação como arma de guerra e têm ainda menos motivos para recear acabar na prisão.

Registaram-se progressos mas sobretudo no papel, por via da aprovação de legislação nacional e internacional mais rigorosa destinada a proteger as mulheres durante os conflitos.

Em todo o mundo, ainda há mulheres que têm medo de apresentar uma queixa de violação junto das autoridades policiais ou que consideram o procedimento uma perda de tempo. Irei abordar o que podem fazer os responsáveis pela aplicação da lei e os responsáveis políticos para tranquilizar as mulheres e dissuadir os violadores.

Embora este seja, sobretudo, um livro sobre mulheres, não se destina apenas às mulheres. Espero sinceramente que os leitores de todos os sexos o leiam e que contribua para os sensibilizar para a causa. Precisamos de participantes mais ativos na luta pela igualdade de género. Os homens não devem temer a incompreensão nem sentir necessidade de se justificarem, como me aconteceu em tempos, quando se dispuseram a apoiar as suas irmãs, filhas, mulheres, mães, amigas e os seus semelhantes em geral.

As mulheres não podem resolver o problema da violência sexual sozinhas; os homens têm de fazer parte da solução.

Os homens continuam a manter um controlo férreo sobre o poder político em todos os países, e não apenas através dos cargos de presidência, gabinetes de primeiros-ministros e parlamentos do mundo que aprovam as leis pelas quais nos regemos. A sua influência estende-se aos lugares cimeiros das entidades religiosas e às organizações a nível comunitário, que muitas vezes têm mais influência nas atitudes e comportamentos individuais do que os líderes nacionais.

Para que a violência sexual diminua é necessária ação e empenho em todos os níveis da pirâmide do poder das nossas sociedades, do topo para a base. Além de analisar o papel dos líderes, dedico um dos últimos capítulos à importância daquilo que designo por «masculinidade positiva» e parentalidade. Aí explicarei como mudar a forma de educar os rapazes para evitar a perpetuação do ciclo destrutivo das relações de género que relega as mulheres para a posição de cidadãos de segunda categoria.

O meu trabalho é um projeto a longo prazo e por vezes avança com uma lentidão frustrante. Enquanto médico, posso examinar um paciente, diagnosticar a origem do problema e intervir no sentido de o solucionar com tratamento ou uma cirurgia. Enquanto ativista, luto para mudar mentalidades, atitudes e comportamentos. É uma batalha não contra uma doença ou uma falha anatómica, mas contra adversários muito mais obstinados: a discriminação, a ignorância e a indiferença.

A satisfação surge nos raros, mas estimulantes, momentos de progresso. Ao longo de década e meia de ativismo, estes permitiram alcançar resultados importantes no entendimento coletivo da violência sexual.

Espero que este livro ajude ainda mais uma das maiores causas da era moderna: a luta pelos direitos das mulheres. Juntos, podemos fazer do século XXI um século mais igualitário, mais justo e seguro para toda a humanidade.

---

## Coragem de mãe

A minha mãe já tinha suportado e ultrapassado aquele sofrimento duas vezes, aquando do parto das minhas irmãs mais velhas. Quando as contrações lhe tolheram o corpo pela terceira vez, para o meu nascimento, já estava familiarizada mas nem por isso menos apreensiva. Enquanto andava de um lado para o outro na casa onde morávamos, as dores e as fases do trabalho de parto pareciam seguir o curso habitual, embora o desfecho estivesse longe de ser garantido. Poderia o destino, com a crueldade indiferente que o caracteriza, infligir o sofrimento de um parto distócico, as diversas complicações associadas ao momento do parto que mais tarde viria a aprender de cor?

Se assim fosse, havia pouca esperança. A minha mãe estava sozinha, tendo por única companhia uma vizinha que acudiu quando lhe rebentaram as águas. As minhas irmãs foram para a casa de amigos e o meu pai estava ausente, no sul da província, onde estudava.

A vizinha animava-a com palavras de apoio e alento. Caminhava ao lado da minha mãe sempre que ela se levantava e limpava-lhe o suor da testa quando estava deitada. Tinha preparado uma lâmina de barbear para a parte final do parto, mas não possuía conhecimentos médicos.

Estávamos em 1955. A nossa casa era uma construção típica das famílias negras pobres da época: paredes finas de tijolo

e madeira com um tosco formato retangular, e chapas de zinco por cima para nos proteger das chuvas tropicais que fustigam o Congo durante todo o ano. Era a mais rudimentar das construções feitas pelo homem, que ainda hoje abrigam as famílias com poucos recursos.

Constituída por uma única divisão, foi erigida à pressa junto a outras construções onde viviam famílias congolezas que rumaram a Bukavu em busca de uma nova vida. Outrora uma pequena aldeia de pescadores nas margens do lago Kivu, Bukavu tornou-se um entreposto colonial na região então conhecida por Congo Belga.

Bukavu está situada no ponto mais oriental deste vasto território, uma área do tamanho da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos a leste do rio Mississípi. O Congo fica a sul do equador, próximo do centro do mundo e do coração de África, embora nunca o tenha sentido. Poucos lugares exerceram tanto fascínio e se tornaram objeto de fantasias tão sombrias quanto o Congo e, no entanto, poucos terão sido tão desprezados e ignorados.

Que pensamentos povoariam o espírito da minha mãe enquanto aguardava o desenrolar incerto do parto, dobrada pelas dores ou descansando entre contrações, deitada numa das enxergas finas de algodão cru onde dormíamos nessa época? Permitiu-se pensar na sua própria mãe, que morreu ao dá-la à luz vinte e três anos antes? Esta perda, mais do que tudo, moldou-lhe a infância miserável e o carácter obstinado.

O seu casamento também foi ensombrado pela mesma perda. A mãe do meu pai também faleceu durante o parto, o que significava que ambos sofreram privações, económicas e emocionais, enquanto cresciam na aldeia de Kaziba, a um dia de caminhada, por entre plantações e florestas, a sudoeste de Bukavu. Ambos tinham motivos para celebrar a dádiva de terem os seus próprios filhos e compreender as dificuldades associadas ao seu nascimento.

Não existem estatísticas fidedignas sobre mortalidade materna no Congo nesta época pois tratava-se de uma região onde as autoridades coloniais belgas não procediam à recolha de dados. Uma estimativa do primeiro censo nacional realizado entre 1955 e 1957 concluiu que a maioria das mulheres não completava os quarenta anos. A esperança de vida era de apenas trinta e oito anos, e as complicações durante o parto uma das principais causas de morte.

Dar à luz sem cuidados médicos era, e continua a ser para milhões de mulheres, uma roleta-russa. A minha mãe sobreviveu ao meu nascimento — e ao dos meus sete irmãos e irmãs mais novos. Eu, no entanto, não morri por pouco.

Alguns dias depois de nascer, o meu choro era forte e estridente, mas a seguir tornou-se mais fraco. A minha pele ficou pálida e comecei a ter febre. Quando me recusei a mamar, não havia dúvidas de que estava gravemente doente. A minha mãe, ainda a recuperar do parto, sabia que tinha de agir depressa e que teria de fazê-lo sozinha. O meu pai só podia ser contactado por carta.

Embrulhou-me num dos seus *pagnes*, o tecido com estampados coloridos que se usa como vestido no Congo, e atou-me às costas, pressionando contra si o meu tronco flácido e quente devido à febre. Confiou as minhas duas irmãs, então com três e sete anos, de novo aos vizinhos, e desceu a colina ao lado da nossa casa. O seu destino era um dos dois dispensários médicos à época acessíveis à população negra de Bukavu, e ela sabia que iria ser difícil ser atendida.

Ambos eram geridos por católicos, cujas relações com as famílias protestantes, como a nossa, eram ainda tensas. A Igreja Católica foi um dos pilares do sistema colonial belga, juntamente com a administração estatal e as empresas concessionárias privadas, que tinham carta-branca para organizar, policiar e explorar vastas áreas do país.

A rivalidade entre católicos e protestantes remontava à chegada da primeira leva de europeus no final da década de 1870 e de 1880, no início da «Partilha de África», quando várias potências coloniais disputaram o território e os recursos do continente. Jovens comerciantes e soldados brancos partiram à aventura, seduzidos pelos relatos de regiões onde abundava o marfim e as pedras preciosas, enquanto em Londres, Paris, Berlim, Lisboa e Bruxelas os políticos urdiam planos e maquinações e declaravam guerra aos adversários para frustrarem os seus ímpetus expansionistas.

Em simultâneo, deflagrou outra competição renhida, diferente e igualmente perniciosa: a disputa pelas almas dos africanos. Seguindo o exemplo dos mercadores coloniais, capatazes e traficantes de escravos, também chegaram os primeiros sacerdotes e pastores: evangelizadores movidos não pela busca de riqueza material, mas pelo desejo da conquista espiritual — embora alguns não tenham sabido resistir à atração dos tesouros do Congo. Em 1878 chegaram os protestantes britânicos, integrados na Livingstone Inland Mission, seguidos, nos anos seguintes, por batistas e metodistas provenientes da Suécia e dos Estados Unidos. Duas missões da Igreja Católica Romana francesa, entre as quais os Padres Brancos, iniciaram a sua atividade em 1880.<sup>1</sup>

O território era vasto, a população congoleza maioritariamente hostil e os perigos óbvios para qualquer proselitista que ousasse fixar-se neste imenso interior inexplorado. De início, as várias ordens religiosas não tiveram necessidade de concorrer entre si, pois todas sentiam-se comprometidas com a mesma missão «civilizadora». Todavia, o panorama iria alterar-se em meados da década de 1880.

As potências mundiais reconheceram o território, inicialmente designado Estado Livre do Congo, sob o domínio do rei Leopoldo II da Bélgica. Ansioso por mostrar que controlava a sua nova colónia — pois, na realidade, apenas havia estabelecido um

punhado de entrepostos comerciais ao longo do rio Congo —, Leopoldo conseguiu assegurar o apoio do papa Leão XIII em 1886.

O papa anunciou que, daí em diante, o Congo iria passar a ser evangelizado por católicos belgas. A religião católica tornou-se um instrumento do processo de colonização e os protestantes foram postos à margem. Este cisma dividiu os primeiros colonizadores brancos e a sociedade congoleza à medida que cada vez mais pessoas se convertiam à nova fé.

Atormentada pela ansiedade, carregando o filho doente às costas e desesperada por ajuda, a minha mãe entrou neste turbilhão sectário ao chegar à porta do dispensário, uma construção rudimentar de dois pisos que prestava cuidados de saúde básicos como vacinação, curativos e antibióticos. Estes últimos eram necessários para me salvar a vida.

O dispensário era dirigido por freiras belgas, a quem a minha mãe pediu auxílio. Desembrulhou-me, soluçando enquanto o fazia. Nessa altura eu já respirava com dificuldade. Implorou às freiras que me tocassem na pele suada e me observassem os olhos, que tinham adquirido uma coloração amarelada.

No entanto, elas viraram-lhe as costas, impassíveis. O dispensário era apenas para católicos, informaram-na. Nessa época, a presença de cristãos no Congo somava já cerca de setenta e cinco anos, mas as clivagens ergueram um muro tão alto e intransponível que podia ditar uma sentença de vida ou morte. A minha mãe rogou às enfermeiras, mas de nada valeu.

Será que a reputação do meu pai teve alguma influência? Embora nessa altura não se encontrasse em Bukavu, a sua reputação como primeiro pastor protestante congolês era cada vez maior. A minha mãe nunca soube se este foi o motivo para a hostilidade das freiras.

Todavia, enquanto se arrastava encosta acima, de sandálias nos pés e o corpo envolto no seu *pagne*, convencida de que eu estaria morto na manhã seguinte, chorou de tristeza e amargura

e amaldiçoou a estupidez do fanatismo religioso e a sua impotência para o superar.

Nessa noite, já em casa, enquanto embalava o meu corpo enfraquecido, admitiu que me sentia a definhar, que estava a perder-me diante dos seus olhos. Lembrou-se da vizinha que me cortou o cordão umbilical. Tinha a certeza de que era a responsável pela infeção que me consumia o corpo.

«Percebi que ela não estava a fazê-lo bem», confessar-me-ia mais tarde. «Mas estava deitada, tinha acabado de dar à luz. Nada podia fazer.»

Com base nos sintomas que me descreveu e no tratamento realizado, tenho quase a certeza de que se tratou de uma septicemia, uma infeção no sangue que, se não for tratada, é fatal para os bebés.

A causa mais frequente de infeção é o corte do cordão umbilical, que pode ser realizado de um modo incorreto ou com uma lâmina suja. Após o nascimento do bebé, o procedimento correto consiste em clampar o cordão em dois pontos de maneira a interromper o fluxo sanguíneo nos dois sentidos, e, em seguida, cortá-lo no meio, deixando no corpo do bebé um coto com vários centímetros de comprimento.

A vizinha cortou demasiado rente ao corpo, não deixando tecido suficiente para atar devidamente o cordão, o que me expôs a todo o tipo de bactérias. Alguns dias após ter nascido, o umbigo começou a produzir corrimento e a supurar.

A minha vida podia ter terminado ali. Podia ter-me tornado uma breve e dolorosa recordação para a nossa família. Todavia, ainda não tinha chegado a minha hora. Outra mulher corajosa haveria de entrar na minha vida durante os meus primeiros dias de existência, prefigurando as muitas outras que conheci desde então. É a ela que devo o facto de ter sobrevivido.

A vida no Congo depende com frequência de encontros fortuitos. Em momentos de aflição, podemos cruzar-nos com

um desconhecido compassivo; quando menos esperamos, dar de caras com um homem armado. Num mundo caracterizado pela imprevisibilidade crónica, a Providência divina parece funcionar em permanência, o que talvez explique por que razão nós, Congolese, somos tão supersticiosos e crentes fiéis. Encontramos sempre uma maneira de superar as dificuldades, procurando proteger-nos e às respetivas famílias, e as nossas vidas parecem depender de forças que a nossa visão não alcança. Isto é tão verdadeiro hoje como o era em 1955.

Como a minha mãe temia que a Morte nos viesse bater à porta, um dos vizinhos desencadeou uma série de eventos que haveriam de me salvar. A pessoa em causa — nunca soubemos quem foi — fez o percurso a pé até à casa de uma professora e missionária que morava numa pequena casa de tijolo no sopé da encosta. Por volta das três da madrugada, foi-lhe entregue um bilhete escrito à mão a explicar a situação difícil em que a minha mãe se encontrava.

A missionária era sueca, uma mulher de vinte e muitos ou trinta e poucos anos chamada Majken Bergman. Optou por morar em Bukavu, e era uma das raras pessoas de origem europeia que preferia um bairro de negros ao ambiente confortável e familiar do centro da cidade, onde residia a comunidade branca. Na sociedade rigidamente segregada da época, talvez fosse a única residente local capaz de contornar os preconceitos do dispensário.

Majken leu que o filho recém-nascido do pastor Mukwege estava gravemente doente e que haviam recusado tratá-lo. Levantou-se de imediato, vestiu-se e foi a nossa casa alumando o caminho com uma lanterna. A minha mãe dormitava comigo ao colo. De início ficou assustada, mas depois sentou-se ao lado de Majken e contou-lhe o desespero que sentiu horas antes quando tentou, em vão, ser atendida por uma enfermeira.

Majken prometeu ajudá-la.



Do Nobel da Paz e reconhecido ginecologista e ativista pelos direitos humanos Dr. Denis Mukwege, chega-nos um vigoroso apelo para lutarmos coletivamente contra o flagelo da violência sexual e aprendermos com o exemplo de resiliência e força das mulheres.

Escrito na primeira pessoa, *A força das mulheres* é uma homenagem à coragem e à força daquelas que «carregam dentro de si a humanidade» e um convite à reflexão sobre o mundo que queremos ajudar a construir. «O homem que cura as mulheres», como é conhecido, defende a urgência da construção de uma sociedade mais equilibrada, que envolva homens e mulheres numa verdadeira mudança de paradigma e na luta que deve ser a de todos, por justiça e paridade. No centro deste testemunho, estão as vozes de todas as mulheres que, apesar do trauma e da violência, persistem e resistem e lutam, concorrendo para uma única mensagem: todos temos o potencial individual para sermos agentes da mudança.



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

 penguinlivros.pt  
  penguinlivros  
 editoraobjectiva

ISBN 9789897845055



9 789897 845055 >